

Caderno de Prova

Código do Eixo
602

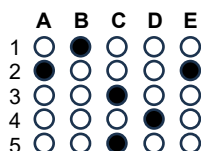
Produção Cultural e Design
Música/Piano

Edital Nº 36/2025 – REI/IFPE

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Prova** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Prova** ao Fiscal.
- Este **Caderno de Prova** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) opções, das quais apenas 01 (uma) é correta.
- Se o **Caderno de Prova** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da opção escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Prova** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Área do conhecimento</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Valor total (Pontos)</i>
Língua Portuguesa	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Didático-Pedagógicos	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	10 pontos
Conhecimento Específico	30 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 4 referem-se ao Texto 1.

TEXTO 1

A ciência transforma, mas só se for compreendida

André Kauric de Campos

A história mostra que a insegurança com o novo não é novidade. Desde que a humanidade aprendeu a transformar ideias em ferramentas, todo salto tecnológico foi precedido por uma fase de dúvida, resistência, desconfiança — e muita desinformação. É um período de desorientação coletiva, em que o pensamento crítico parece hibernar e a mente pública se torna refém de processos que se impõem de forma automatizada, sem qualquer domínio social.

É justamente nesse lapso entre a revolução e a compreensão que surgem os maiores perigos: a lucidez coletiva se fragiliza, e a população se torna mais vulnerável à manipulação por parte de pessoas ou corporações oportunistas, gananciosas e sabotadoras do bem comum. Foi assim com a teoria da evolução, a energia nuclear e os antibióticos. Ainda é com as vacinas, a informação e as redes sociais.

Esse intervalo entre a tecnologia e seu domínio público pode ser fatal. E a receita para evitar o colapso sempre foi a mesma: comunicação pública da ciência. Vejamos o caso da inteligência artificial (IA), um dos grandes saltos tecnológicos do nosso tempo — ao lado da computação quântica, da biotecnologia e da automação autônoma. No Brasil, por exemplo, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) representa um avanço relevante. Diretrizes foram definidas. Centros de pesquisa estão sendo anunciados em diferentes estados, inclusive no Distrito Federal. O plano é robusto: princípios éticos, regulamentação, segurança, transparência e incentivo à inovação.

Mas há uma ausência comum — e grave — em todas essas iniciativas: não há qualquer eixo, meta ou investimento voltado à comunicação pública da ciência. E isso compromete tudo. A IA é, antes de tudo, uma nova forma de se relacionar com o mundo, com os dados, com as decisões. Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido. A IA pode transformar e unir o mundo — mas só com educação e comunicação podemos fazê-la conversar de forma eficiente e sábia.

Assim como a internet, o medo da IA não é da tecnologia; é do novo. Do que não se conhece. Do que não se domina. Do que é anunciado como inevitável, mas não explicado como funciona. Sem pontes entre o conhecimento técnico e o entendimento público, corremos o risco de construir muros em vez de caminhos. A IA para o povão não será de inteligência — será de ilusão.

Não basta que os algoritmos sejam éticos. É preciso que sejam compreendidos. Não basta que os dados sejam transparentes. É preciso que estejam acessíveis. O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça. A tecnologia evolui. Mas o entendimento precisa acompanhar. O futuro só será coletivo se for compreensível. Inteligência artificial, sem escuta e explicação, vira apenas exclusão automatizada.

Imagine algoritmos decidindo quem recebe um benefício social, quem será priorizado na saúde pública ou quais bairros devem ter mais policiamento. Agora, imagine que ninguém sabe como essas decisões são feitas — nem mesmo quem as administra. A inteligência vira opacidade. O automatismo vira desumanização.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2025.

1. De forma global, o texto

- A) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando os danos cognitivos provocados pelo uso indiscriminado das inovações tecnológicas pelas pessoas.
- B) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza a sensação de insegurança resultante do excesso de inovações tecnológicas na vida das pessoas comuns.
- C) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza os benefícios latentes da inteligência artificial para uma melhor organização da vida em sociedade.
- D) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as contribuições positivas resultantes do uso comedido das inovações tecnológicas pelas pessoas comuns.
- E) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as consequências do hiato entre as inovações tecnológicas e a comunicação eficiente dessas inovações.

2. Em relação aos benefícios trazidos pelas inovações tecnológicas, o texto desenvolve um raciocínio
- A) comparativo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - B) explicativo, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
 - C) conclusivo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - D) proporcional, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - E) condicional, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
3. Considere o excerto reproduzido a seguir.

O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça.

A palavra em destaque

- A) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “no mínimo”.
 - B) tem valor argumentativo, pois deixa subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - C) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - D) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como preposição e denota limite quantitativo para a informação por ela introduzida.
 - E) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como advérbio e denota valor inclusivo para a informação por ela introduzida.
4. Considere o período reproduzido a seguir.

Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido.

Nesse período,

- A) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico que funciona como informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- B) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco não inviabiliza a estrutura sintática.
- C) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre sempre em períodos cujas orações estão articuladas por coordenação alternativa.
- D) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- E) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre, obrigatoriamente, entre orações articuladas por coordenação aditiva.

5. Considere o texto reproduzido a seguir.

TEXTO 2



Disponível em: folha.uol.com.br. Acesso em: 19 ago. 2025.

A leitura dos textos 1 e 2 permite afirmar que eles

- A) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- B) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- C) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.
- D) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- E) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.

CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

6. Os fundamentos da educação e da docência constituem-se em referenciais teóricos, históricos, sociais e epistemológicos, que orientam a prática do professor e a compreensão do papel da escola. Considerando a relação entre educação, sociedade e trabalho, no contexto do compromisso com a formação omnilateral e politécnica, é correto afirmar que
- A) os fundamentos da docência, ao serem compreendidos como essencialmente técnicos e instrumentais, asseguram a neutralidade científica da prática pedagógica, garantindo que o professor atue sem influências ideológicas.
 - B) a formação de professores implica discutir o sentido social e político da educação. Dessa forma, ensinar é mais do que transmitir informações, é formar sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade.
 - C) a perspectiva libertária da educação reduz a docência ao domínio de conteúdos disciplinares e das tecnologias, ignorando a subjetividade e a experiência vivida dos estudantes na vida comunitária.
 - D) a Pedagogia Colaborativa fundamentada no Escolanovismo entende a docência como prática essencialmente emancipadora, responsável por romper com a reprodução das desigualdades sociais.
 - E) os saberes docentes, no âmbito da pedagogia crítico-social dos conteúdos, são restritos ao conhecimento acadêmico e científico, desconsiderando outras formas de saber que não tenham origem no espaço universitário ou nas pesquisas formais.
7. Considerando que não existe imparcialidade no processo de formação docente, um projeto institucional, político e pedagógico voltado à formação de professores, quando em oposição ao modelo social hegemônico e aos seus desdobramentos, deve fundamentar-se em uma epistemologia que assuma explicitamente uma orientação finalística de transformação da sociedade e de superação das desigualdades sociais produzidas pela dinâmica do capital. Nesse contexto, é imprescindível assumir a epistemologia
- A) da complexidade, baseada na racionalidade científica.
 - B) pluralista, voltada para a eficiência e produtividade.
 - C) da práxis, fundamentada no materialismo histórico-dialético.
 - D) humanista, inspirada no existencialismo e na fenomenologia.
 - E) construtivista, apoiada nas teorias de aprendizagem individual.
8. O currículo integrado constitui uma concepção de organização curricular bastante discutida no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e nas propostas formativas voltadas à classe trabalhadora, especialmente à luz da perspectiva politécnica e ou omnilateral. Considerando os fundamentos que o sustentam, o currículo integrado, dentre as suas características, é concebido como
- A) um modelo de currículo modular e uma organização institucional seriada que articula os conhecimentos das disciplinas em projetos de ensino, priorizando as disciplinas comuns das áreas de ensino.
 - B) um processo de unificação administrativa de cursos e um ensino por módulos como meio de assegurar a existência de um currículo transdisciplinar.
 - C) uma proposta pedagógica que privilegia a lógica da empregabilidade, da flexibilidade e da adaptação imediata ao mercado, como uma unidade interdisciplinar da teoria e da prática.
 - D) uma concepção pedagógica e uma organização institucional que integra a formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo.
 - E) um projeto político e pedagógico em que se admite a lógica mercadológica da educação, reconhecendo-a como direito social e elemento essencial da cidadania e da emancipação humana.

9. Tomando por base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 01/2021), analise o seguinte fragmento textual:

Trata-se da estrutura de organização da Educação Profissional e Tecnológica, considerando as diferentes matrizes tecnológicas nele existentes, por meio das quais são promovidos os agrupamentos de cursos, levando em consideração os fundamentos científicos que as sustentam, de forma a orientar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificando o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que devem orientar e integrar a organização curricular, dando identidade aos respectivos perfis profissionais. (Brasil, 2021, p. 4)

A descrição anterior refere-se à definição de:

- A) Itinerário Formativo.
 - B) Eixo tecnológico.
 - C) Área Tecnológica.
 - D) Qualificação Profissional.
 - E) Estágio Profissional.
10. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Considerando sua definição identitária, os IFs se constituem em instituições
- A) interdisciplinares e multicampi, voltadas exclusivamente à formação técnica de nível médio em diferentes modalidades de ensino.
 - B) multicampi e pluricurriculares, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.
 - C) multidisciplinares e pluricurriculares, especializadas em cursos técnicos e superiores de tecnologia, com organização curricular voltada à formação para o mercado de trabalho.
 - D) multicampi e interdisciplinares, voltadas para a pesquisa acadêmica e para as formações técnicas e de pós-graduação stricto sensu.
 - E) pluricurriculares de ensino superior, com foco na formação profissional, podendo atuar na forma conveniada do ensino básico integrado ao profissional.
11. Considerando as orientações legais quanto à estrutura e à organização da educação profissional técnica de nível médio, identifica-se como possibilidades para o desenvolvimento dos cursos técnicos a forma
- A) concomitante intercomplementar, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino.
 - B) concomitante, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de complementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado e conclusivo à certificação.
 - C) subsequente intercomplementar, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem esteja cursando a última série e/ou já tenha concluído o Ensino Médio, sendo previsível a celebração de convênios junto a IES voltados à verticalização para os cursos de tecnologias.
 - D) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.
 - E) integrada intercomplementar, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante a itinerários distintos, sendo a terminalidade da Educação Básica ou à habilitação profissional técnica.

12. A Curricularização da Extensão na Educação Superior é normatizada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Esse mesmo documento regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. De acordo com os documentos acima referenciados, as atividades de extensão devem compor o total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. Dessa forma, as atividades de extensão devem compor, no mínimo,
- A) 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular, sendo incluída na matriz curricular dos cursos e desenvolvida por meio de programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - B) 5% (cinco por cento) do total da carga horária curricular, inserida na matriz curricular, podendo ser cumprida de forma optativa, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - C) 20% (vinte por cento) da carga horária curricular, a ser cumprida em atividades de estágios supervisionado e ou profissionais, independentemente de sua vinculação a programas e projetos de extensão universitária,
 - D) 12% (dez por cento) da carga horária curricular, desenvolvida de forma complementar à matriz curricular dos cursos, centrada nas áreas de grande pertinência social e sem necessidade de integração pedagógica.
 - E) 15% (quinze por cento) do total da carga horária curricular, incluída na matriz curricular e direcionada, prioritariamente, a atividades acadêmicas internas e coesas nas áreas de grande pertinência social.
13. A Lei nº 8.069/1990 (ECA) e a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com suas atualizações, estabelecem diretrizes para a garantia do direito à educação, destacando a responsabilidade das instituições escolares no planejamento pedagógico e na articulação com a família. Considerando a relação entre as duas leis citadas, é correto afirmar que
- A) o projeto político-pedagógico das escolas, de acordo com o ECA e a LDB, deve ser elaborado de forma exclusiva e obrigatória pela equipe gestora, sendo preferencial a participação da comunidade escolar e da família no processo de planejamento.
 - B) tanto a LDB quanto o ECA delimitam a incumbência da escola à transmissão de conteúdos curriculares e delegam à família a formação integral do educando e sua relação com a cidadania e os valores curriculares.
 - C) o ECA assegura que a responsabilidade pela frequência escolar recai unicamente sobre a família, e a LDB define que é uma condicionalidade as instituições de ensino acompanharem e notificarem órgãos competentes em caso de abandono.
 - D) o ECA, em consonância com a LDB, determina que é dever das instituições de ensino respeitar e fomentar a participação da família e da comunidade, reconhecendo que a efetivação do direito à educação é uma responsabilidade compartilhada.
 - E) a LDB corrobora ao ECA ao dispor que o planejamento escolar deve priorizar exclusivamente as demandas do currículo oficial do sistema de ensino, atendendo, quando possível, temáticas que estejam atinentes ao contexto social dos educandos e sua comunidade.
14. Na base científica conceitual acerca da organização curricular, há referências sobre a relevância dos princípios pedagógicos como elementos orientadores à organização de um tipo de currículo. Entre esses princípios pedagógicos, há aqueles que permitem diferentes possibilidades de projetos formativos comprometidos com a ideia de integração. São eles:
- A) Interação, Adaptação e Avaliação, por serem os elementos básicos do ato pedagógico.
 - B) Objetividade, Neutralidade e Flexibilidade, em razão da Práxis.
 - C) Interdisciplinaridade, Contextualização e Teleologia, por serem basilares à Práxis.
 - D) Cooperação, Tecnologia e Filosofia Pragmática, razão da unidade teoria-prática.
 - E) Cultura, Transposição e Didática, por serem aspectos do ato pedagógico.

15. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a avaliação deve estar articulada aos princípios e às diretrizes curriculares e contribuir para superar as concepções reducionistas e meramente classificatórias. Nesse sentido, o processo avaliativo na EPT deve
- A) ser contínuo, processual e formativo, articulando teoria e prática; e sendo diagnóstico, formativo e somativo, de modo a contribuir para o desenvolvimento crítico e integral do estudante.
 - B) priorizar a aferição quantitativa do desempenho dos estudantes, relativizando notas e índices de aprovação, de modo a atender às demandas de produtividade educacional.
 - C) certificar conhecimentos atinentes à empregabilidade do estudante, garantindo que ele esteja pronto para se adaptar às exigências imediatas do mercado de trabalho.
 - D) assegurar a neutralidade e a objetividade científica, devendo ser orientado a partir de princípios gerais da educação nacional, das determinações da Classificação Brasileira de ocupações e do Plano de Ação da gestão institucional, como forma de diálogo com o mundo do trabalho.
 - E) basear-se em testes padronizados e externos, assegurando a isonomia e comparabilidade entre diferentes instituições e campi dos Institutos Federais.

INTEGRIDADE

16. Um servidor público federal foi avaliado pela Comissão de Ética do órgão onde atua, conforme o disposto no Decreto nº 1.171/1994. Ao final do processo, a comissão concluiu pela aplicação de penalidade ao servidor. Nesse cenário, identifique a pena aplicável na legislação para o servidor público federal.
- A) Advertência, verbal ou escrita, desde que a Comissão de Ética tenha observado o direito à ampla defesa do servidor.
 - B) Censura ou advertência, sendo formalizada pelo presidente da Comissão de Ética e encaminhada à autoridade máxima do órgão ao qual o servidor esteja vinculado.
 - C) Determinação de abertura de processo administrativo disciplinar ou, alternativamente, de arquivamento do processo.
 - D) Advertência ou suspensão, desde que devidamente fundamentada em parecer elaborado pelo presidente da Comissão de Ética.
 - E) Censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os integrantes da Comissão de Ética, com ciência do faltoso.
17. A Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, instituída pelo Decreto nº 11.529/2023, busca ampliar o acesso da sociedade a dados e informações da administração pública federal, fortalecendo a participação social e a melhoria das políticas públicas, compreendendo assim:
- A) A transparência passiva, direcionada à publicação de informações previamente classificadas como de interesse coletivo; a transparência ativa, com a divulgação dos relatórios de gestão; e a abertura de bases de dados para órgãos de controle interno.
 - B) A transparência passiva, condicionada à apresentação de justificativa pelo solicitante; a transparência ativa, limitada a informações de caráter institucional; e a abertura de bases de dados, condicionada à autorização prévia do órgão central do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação.
 - C) A transparência passiva, aplicável para informações classificadas como reservadas ou secretas; a transparência ativa, prevista para situações excepcionais de interesse institucional; e a abertura de bases de dados sigilosos após o transcurso de 10 anos.
 - D) A transparência passiva, voltada ao atendimento de pedidos de informação; a transparência ativa, destinada à divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais; e a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal.
 - E) A transparência passiva, voltada à disponibilização automática das informações institucionais; a transparência ativa, restrita a dados financeiros e orçamentários; e a abertura de bases de dados gerados pelas transferências de recursos a entidades privadas.

18. O conceito de governança pública, trazido no Decreto nº 9.203/2017, apresenta um conjunto de mecanismos para o exercício da governança pública. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Conjunto de mecanismos normativos e operacionais voltados à execução fiscal, orçamentária e financeira, priorizando a conformidade legal e a eficiência administrativa na utilização dos recursos públicos.
 - B) Conjunto de mecanismos de controles internos, formalmente estruturados, destinados a assegurar a conformidade com normas, regulamentos e políticas internas, com foco na identificação e mitigação de riscos.
 - C) Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
 - D) Conjunto de mecanismos de auditoria e fiscalização aplicado aos atos e procedimentos administrativos, visando assegurar a transparência, a economicidade e o cumprimento das metas fiscais e organizacionais previstas.
 - E) Conjunto de mecanismos estruturados voltados à gestão de pessoas, promoção da ética, integridade e transparência, com ênfase no desenvolvimento organizacional e no fortalecimento da gestão de riscos.
19. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) define, em seu art. 5º, inciso II, o conceito de dado pessoal sensível. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
 - B) Dado pessoal que se refere a informações financeiras ou patrimoniais do indivíduo, como renda, relação patrimonial dos bens imóveis, investimentos, dívidas bancárias e relação de credores e dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - C) Dado classificado como pessoal que permite identificar direta ou indiretamente uma pessoa natural, como nome, endereço residencial, telefone ou e-mail pessoal, CPF (Cadastro de Pessoa Física), dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - D) Dado pessoal relacionado a informações de consumo, histórico de compras e vendas ou registros em plataformas digitais, utilizado para estratégias de marketing e publicidade direcionada, dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - E) Dado pessoal classificado como sensível pelo indivíduo, que poderá ser disponibilizado mediante solicitação do interessado, observadas as regras estabelecidas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
20. Durante uma oficina de formação para servidores federais sobre prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação, uma comissão de integridade convidada abordou a articulação entre o Decreto nº 12.122/2024, que institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, e a Portaria MGI nº 6.719/2024, que institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, ambos aplicáveis à administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Na explanação, destacou-se que:

“Ambos os dispositivos legais se complementam no que se refere às diretrizes para a prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação no âmbito da administração pública federal direta. O Decreto fixou as diretrizes de universalidade, transversalidade, confidencialidade e resolutividade, enquanto a Portaria acrescentou outras diretrizes essenciais para assegurar os objetivos do Programa e do Plano.”

Com base na exposição e nos marcos legais citados, o Plano Federal acrescentou

- A) responsabilidade administrativa, proteção à vítima, transparência e integridade.
- B) compromisso social, sigilo, participação social indireta e organização do trabalho.
- C) valorização, contraditório, ampla defesa, proteção de dados e comunicação.
- D) mediação de conflitos, rede de acolhimento, prevenção e saúde no trabalho.
- E) compromisso institucional, acolhimento, comunicação não violenta e integralização.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015, estabelece o direito à acessibilidade educacional, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade. No ensino de música, em especial em aulas de piano, estudantes cegos ou com baixa visão demandam recursos específicos para garantir condições equitativas de participação no processo formativo. Nessa perspectiva, as aulas de piano para estudantes com deficiência visual deve adotar uma prática pedagógica que
- A) proporcione a integração da leitura musical por meio da escrita Braille com o uso de tecnologias digitais acessíveis, como softwares leitores de tela e editores compatíveis.
 - B) possibilite a substituição da aprendizagem da leitura musical pela memorização auditiva de repertórios.
 - C) faça adaptações do uso de partituras ampliadas, entendendo que a ampliação gráfica, por si só, assegura o pleno acesso do estudante.
 - D) faça restrições iniciais do contato direto com o instrumento, priorizando atividades de percepção auditiva para reduzir barreiras motoras.
 - E) adote, prioritariamente, a utilização de gravações em áudio como material didático.
22. A Lei nº 11.645/2008 determina a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, reforçando a necessidade de superar paradigmas eurocêntricos que, por séculos, dominaram a educação musical no Brasil. Numa abordagem decolonial, no campo da educação, que reconheça epistemologias historicamente marginalizadas, a educação musical consiste em
- A) priorizar a música ocidental de concerto, considerando-a como modelo de formação estética.
 - B) enfatizar práticas musicais de obras consagradas pela indústria cultural internacional.
 - C) adotar repertórios de práticas musicais coletivas legitimadas pela academia.
 - D) reconhecer e valorizar a pluralidade das práticas musicais brasileiras.
 - E) valorizar o repertório da realidade dos estudantes, concentrando-se em obras de circulação global.
23. Na contemporaneidade, recursos como: aplicativos de piano digital, softwares de notação musical, plataformas de gravação e ambientes virtuais de aprendizagem têm ampliado o acesso e a diversidade de experiências na educação musical. Nesse contexto, um dos desafios para a educação musical, na era digital, é utilizar os recursos digitais
- A) integralmente na prática instrumental com simulações em aplicativos, desconsiderando o contato direto com o instrumento.
 - B) de forma desarticulada das metodologias pedagógicas, comprometendo a continuidade do aprendizado.
 - C) para exercícios de leitura ou teoria, sem conexão com a performance musical.
 - D) da mesma forma para todos os estudantes, ignorando suas realidades culturais e níveis de aprendizagem.
 - E) em diálogo com metodologias já consolidadas, de modo a ampliar a criação, a reflexão crítica e a prática musical.

24. A respeito da música produzida em Pernambuco, especificamente o frevo e o movimento *Manguebeat*, é correto afirmar que
- A) o frevo consolidou-se como expressão carnavalesca urbana, enquanto o *Manguebeat* promoveu fusões entre tradições locais e gêneros globais.
 - B) o frevo e o *Manguebeat* desenvolveram-se sem vínculos com a realidade social pernambucana.
 - C) o frevo apresenta forte influência de marchas e dobrados de origem europeia, enquanto o *Manguebeat* destacou-se pela valorização exclusiva de referências estrangeiras.
 - D) o *Manguebeat* teve a mesma origem do frevo, mantendo idêntica a instrumentação e a função social.
 - E) tanto o frevo quanto o *Manguebeat* foram formados como estilos exclusivamente midiáticos.
25. O forró, expressão musical nordestina, consolidou-se como símbolo cultural de Pernambuco, apresentando variações rítmicas que dialogam com práticas de dança e identidade regionais. Entre essas variações destacam-se o xote, o baião e o arrasta-pé. Essas variações apresentam as seguintes características:
- A) O xote é baseado exclusivamente em improvisações vocais; o baião mantém ligação direta com o frevo; o arrasta-pé utiliza apenas instrumentos de percussão.
 - B) O xote apresenta andamento moderado e caráter dançante; o baião possui célula rítmica marcada que se tornou referência nacional; e o arrasta-pé evidencia aceleração rítmica e proximidade com a quadrilha junina.
 - C) O xote tem origem africana com caráter litúrgico; o baião é estruturado como canto responsorial; o arrasta-pé constitui variação lenta de toada sertaneja.
 - D) O xote é caracterizado por sínopes do jazz; o baião deriva da música erudita barroca; o arrasta-pé associa-se às marchas militares portuguesas.
 - E) O xote é marcado pela improvisação instrumental em tonalidade menores; o baião é exclusivo de forma instrumental; o arrasta-pé desenvolve-se em compassos assimétricos.
26. Entre os séculos XVII e XIX, consolidou-se um modelo de organização harmônica baseado na hierarquia entre os graus da escala. Esse modelo tornou-se referência para a música europeia do período e para grande parte da tradição ocidental. Esse modelo de organização harmônica se caracteriza na concepção da
- A) cadência (V-I), que expressa a resolução da tensão criada pela dominante, reafirmando a centralidade da tônica.
 - B) sobreposição simultânea de dois ou mais centros independentes, que constitui o princípio que sustenta a organização das funções harmônicas.
 - C) igualdade estrutural das doze notas cromáticas, que define a ausência de hierarquia entre os graus da escala.
 - D) substituição da tonalidade inicial por outra distante, que representa o funcionamento típico da organização harmônica tradicional.
 - E) sucessão de acordes sem relação funcional hierárquica, que caracteriza a lógica da organização harmônica no período clássico .

27. O modelo formal da sonata clássica, consolidado no século XVIII (1701-1800) com compositores como Haydn (1732-1809), Mozart (1756-1791) e Beethoven (1770-1827), organiza-se, tradicionalmente, em três seções: exposição, desenvolvimento e recapitulação. Em uma obra estruturada nesse modelo, descreve-se o seguinte percurso harmônico:

Exposição: primeiro tema em Dó maior, e Segundo tema em Sol maior.

Desenvolvimento: tonalidades de Lá menor e Mi menor.

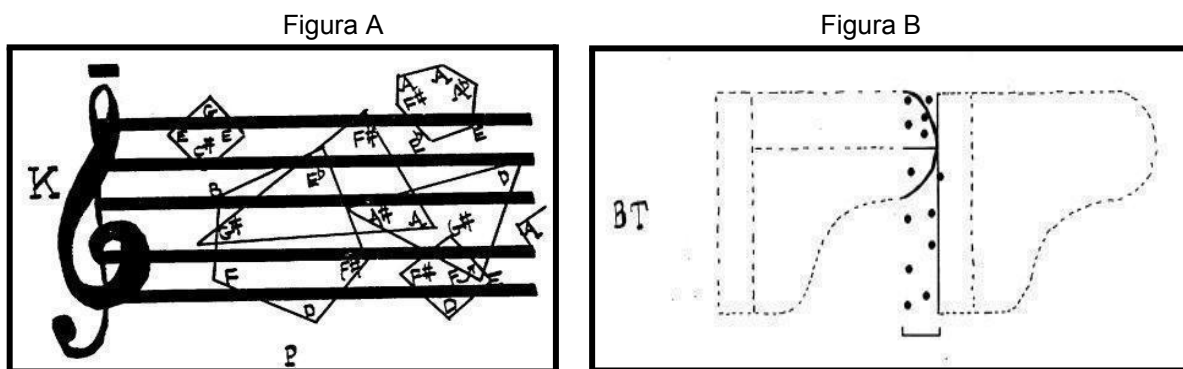
Recapitulação: tonalidade de Dó maior.

Com base nesse percurso harmônico, a interpretação mais adequada, dentro da lógica tonal, corresponde

- A) ao procedimento politonal, resultante da sobreposição simultânea de centros tonais independentes durante a exposição.
- B) à exploração de tonalidades distantes no desenvolvimento.
- C) às modulações para tonalidades vizinhas durante o desenvolvimento.
- D) à ausência de centro tonal definido.
- E) a organização harmônica sem hierarquia funcional no desenvolvimento.

28. Ao longo do século XX, diversos compositores ampliaram os limites da notação musical tradicional, buscando representar sonoridades, gestos e texturas que não cabiam nos sistemas convencionais de escrita. Em obras como o Concert for Piano and Orchestra (1958), do compositor John Cage (1912-1992), o compositor emprega notação gráfica aberta, na qual linhas, blocos e símbolos substituem a escrita tradicional.

Abaixo temos duas imagens retiradas do Concert for Piano and Orchestra (1958), de John Cage. A figura A mostra um pentagrama com clave de sol à esquerda, em que a notação gráfica das notas são representadas por símbolos geométricos (pentágonos e quadrados), contendo letras que representam as alturas. A figura B, à direita, apresenta um desenho com contorno tracejado na forma de um piano de cauda visto de cima. No centro, há uma curva e uma sequência de pontos alinhados verticalmente.



Fonte: CAGE, John. Concerto for Piano and Orchestra. New York: Edition Peters, 1960.

Diante das práticas composicionais de Cage, a opção que corresponde ao papel desempenhado pela notação gráfica na execução musical é

- A) A notação gráfica estabelece diretrizes visuais flexíveis que orientam a performance, permitindo múltiplas possibilidades interpretativas a partir de símbolos não convencionais.
- B) A notação abandona integralmente o controle composicional, delegando totalidade da criação ao intérprete, sem qualquer referência ou orientação prévia.
- C) A escrita se limita à representação métrica e rítmica, sem alterações significativas em relação à notação tradicional.
- D) A partitura substitui a execução humana por algoritmos digitais, caracterizando-se como uma forma primitiva de música eletrônica automatizada.
- E) A escrita restringe-se à representação exclusiva de altura das notas, desconsiderando aspectos de duração, timbre ou gesto performático.

29. O sistema modal, anterior ao tonal, organiza-se em escalas derivadas do cantochão medieval e foi retomado no século XX por compositores interessados em ampliar o vocabulário harmônico, sendo utilizado no jazz, rock e música modal contemporânea. Cada modo apresenta organização intervalar distinta, gerando sonoridades próprias.

Abaixo temos uma imagem de uma escala musical escrita em clave de sol com estrutura intervalar que corresponde ao modo dórico com a descrição, em números romanos, em cada grau da escala.

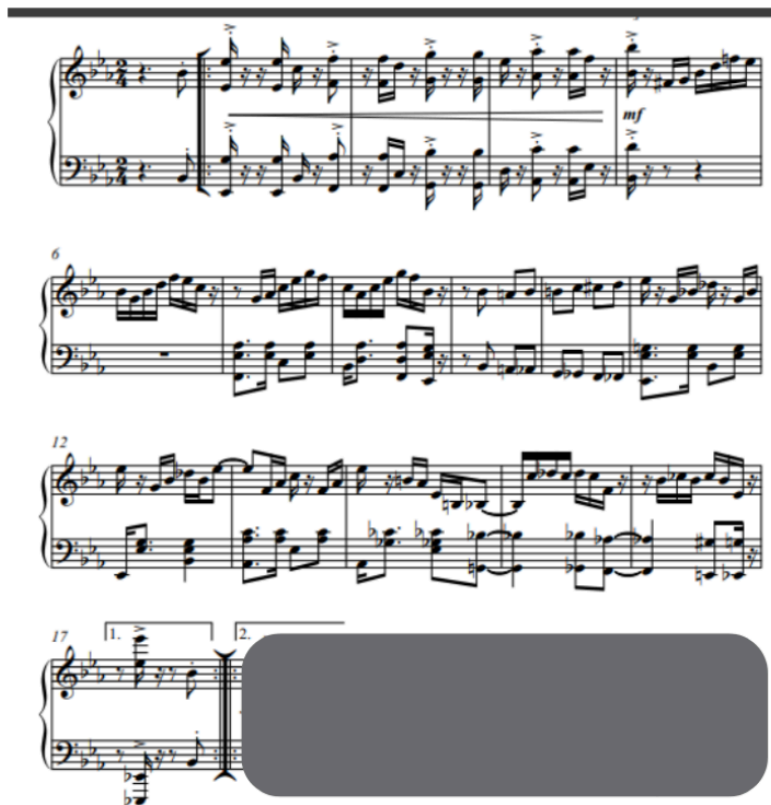


Fonte: FUNCERN, 2025.

Neste contexto, constitui característica do modo dórico em relação a outros modos a estrutura

- A) semelhante à escala maior, mas com sétima menor.
 - B) semelhante à escala menor natural, mas com sexta maior.
 - C) idêntica à escala maior, com sensível elevada por alteração cromática.
 - D) semelhante à escala menor harmônica, com alteração da segunda nota.
 - E) semelhante à escala menor natural, mas com a quarta aumentada.
30. No século XX, diversos compositores expandiram os limites do sistema tonal, explorando novas formas de organização harmônica. Entre essas propostas destacam-se a politonalidade e a atonalidade. A politonalidade se constitui
- A) pela utilização de progressões de acordes formados por séries cromáticas.
 - B) pela estrutura de sonoridades baseada, exclusivamente, em parâmetros rítmicos e timbricos.
 - C) pelo emprego simultâneo de Dó maior na mão esquerda e Fa# maior na mão direita, em uma peça pianística.
 - D) pela construção harmônica fundamentada em clusters e texturas sonoras.
 - E) pela aplicação de escalas modais como recurso principal de organização harmônica.

31. Considere a figura reproduzida a seguir.



A figura representa os primeiros 16 compassos de uma música do compositor Senival Bezerra do Nascimento (1932-2001), em um arranjo para piano de Hércules Gomes (1980-). A composição, em andamento de semínima a 168, apresenta características rítmicas compatíveis com um gênero musical brasileiro denominado

- A) maracatu.
- B) frevo.
- C) baião.
- D) ciranda.
- E) xote.

32. No ensino da música brasileira, um dos desafios é trabalhar a complexidade rítmica. Nesta perspectiva, uma abordagem pedagógica possível no ensino coletivo de piano seria

- A) concentrar a prática no estudo técnico individual, sem integração entre as diferentes partes do conteúdo.
- B) organizar a aula de forma hierárquica, ficando o professor responsável para apresentar todos os elementos musicais.
- C) estruturar o ensino por meio da divisão do conteúdo em segmentos, nos quais cada aluno domina uma parte e, em seguida, colabora para a construção coletiva do conhecimento.
- D) priorizar a memorização da melodia e, mais adiante, trabalhar ritmo e harmonia.
- E) estimular a execução repetitiva e isolada, sem a valorização da troca de experiências entre os estudantes.

33. Uma metodologia aplicada, no contexto do ensino coletivo, cujos princípios valorizam tanto o desenvolvimento musical quanto o social, é a aprendizagem cooperativa. Considerando que o processo de tocar em grupo favorece a interação entre os estudantes, é correto afirmar que a aprendizagem cooperativa no ensino coletivo de piano caracteriza-se pelo fato de
- A) restringir a participação dos alunos a atividades individuais, limitando a cooperação a momentos eventuais.
 - B) desestimular a comunicação entre os integrantes, priorizando apenas o resultado técnico individual.
 - C) exigir que todos os alunos tenham o mesmo nível de desempenho para que a prática em grupo seja eficaz.
 - D) concentrar a responsabilidade apenas no professor, reduzindo a autonomia dos estudantes.
 - E) promover a interdependência positiva, em que cada aluno contribui para o progresso do grupo e, ao mesmo tempo, beneficia-se das conquistas coletivas.
34. O teclado, seja elétrico, piano acústico ou digital, é considerado um dos melhores instrumentos para o ensino-aprendizagem de música. Isso acontece porque ele tem afinação temperada, pode ser o instrumento solista ou acompanhador, além de ter as teclas dispostas de maneira organizada. No contexto do ensino em grupo, podem ser trabalhadas as habilidades
- A) teóricas.
 - B) fenomenológicas.
 - C) virtuosísticas.
 - D) focais.
 - E) funcionais.
35. No contexto do piano coletivo, as tecnologias digitais parecem ser uma alternativa que deve ser usada a fim de dar suporte ao ensino de aprendizagem. Os recursos digitais interativos (RDI) são sugeridos por autores como Silva et al (2024), para serem aplicados na seguinte sequência: 1) busca de uma interface sonora; (2) sistema operacional; e (3) realização efetiva dos objetos sonoros de aprendizagem. Numa situação hipotética, na qual (1) a interface é um teclado/controlador MIDI, os demais momentos podem ser
- A) (2) Flowkey e (3) Ensembles com feedback.
 - B) (2) Internet e (3) Ensaios coletivos.
 - C) (2) Youtube e (3) Tablet.
 - D) (2) Ableton e (3) MacBook.
 - E) (2) Gravação didática e (3) Musescore.
36. O sistema temperado foi proposto no final do século XVII, mas sua aceitação cresceu após a proposta do temperamento igual (em inglês “equal temperament”). Assim sendo, é correto afirmar que, nesse sistema,
- A) o uso e enarmonia, Dó sustenido e Ré bemol, não são permitidos.
 - B) o piano se consolida por ser um instrumento de teclas.
 - C) o piano é o único instrumento com profundas implicações para a teoria musical.
 - D) a oitava é dividida em 12 semitons iguais, baseados num ciclo de 12 quintas iguais com 3as e 6as temperadas uniformemente.
 - E) as escalas diatônicas e seus acidentes são demonstrados unicamente no piano.

37. A escala diatônica, utilizada na música ocidental, possui, em sua estrutura, intervalos de 5 tons e de 2 semitons, apresentando as estruturas de

- A) escalas maiores, menores, modos gregos, escalas menores harmônicas e melódicas.
- B) escalas maiores e escalas menores.
- C) escalas e modos gregos.
- D) escalas menores harmônicas.
- E) escalas menores melódicas.

38. A escala na tonalidade de Sol maior, em sua estrutura básica, corresponde aos graus:

- A) G, A#, B, C#, D, E, F#
- B) G, A, B, C#, D#, E, F
- C) G, A, B, C, D, E, F#
- D) G, A#, B, C#, D, E, F#
- E) G, A, B, C#, D, E, F#

39. A tríade, base do sistema harmônico na música ocidental, está presente desde o século XVI até os dias de hoje e tem no acorde sua unidade significativa. A Figura a seguir apresenta os tipos de tríades no sistema harmônico tonal, a partir da nota do baixo.

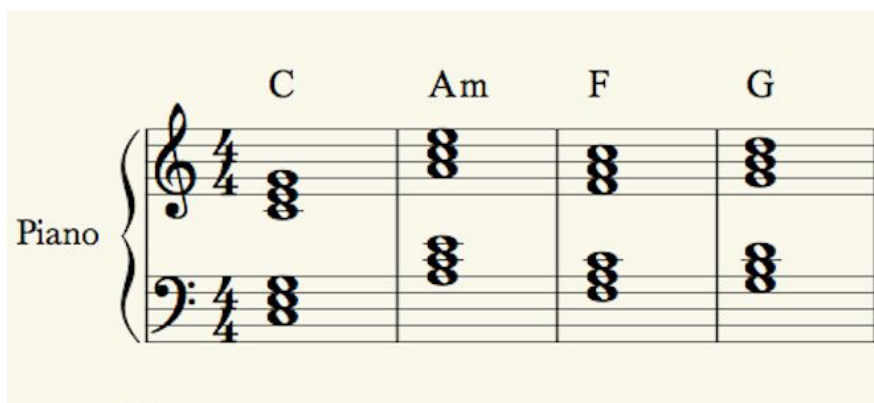


Figura 1 - Tríades do sistema harmônico tonal

Fonte: <https://ask.video/article/audio/music-theory-adding-harmonic-color-to-triads/pt>. Acesso: 20/08/2025

As tríades apresentadas na figura são:

- A) 3ª maior, com 4 semitons, e 4ª justa, com 5 semitons.
- B) 4ª justa, com 5 semitons, e 3ª menor, com 3 semitons.
- C) 3ª maior, com 4 semitons, e 3ª menor, com 3 semitons.
- D) 3ª menor, com 3 semitons, e 3ª maior, com 4 semitons.
- E) 3ª maior, com 4 semitons, e 5ª justa, com 7 semitons.

40. Na inversão de acordes, o baixo pode acomodar outras notas do acorde além da fundamental. Sobre esse aspecto, considere a figura a seguir.

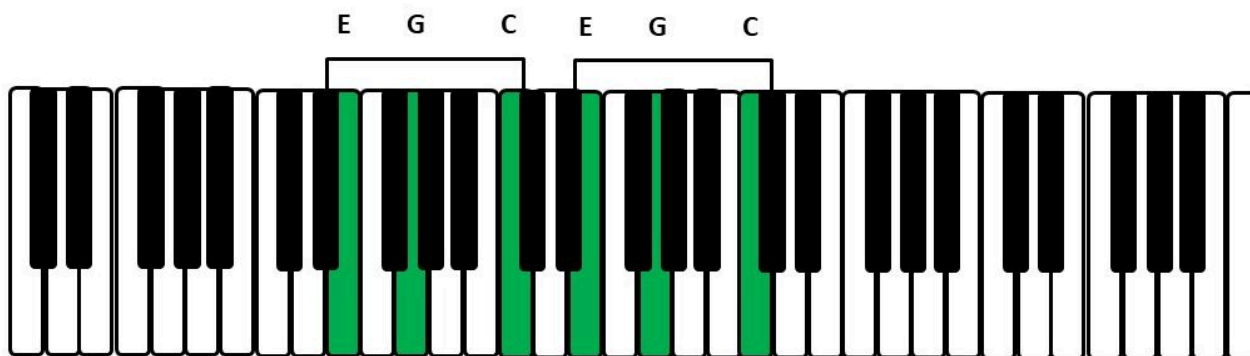


Figura - Inversão de acordes

Fonte: <https://avancandonamusica.com.br/inversao-de-acordes>. Acesso: 20/08/2025

De acordo com essa figura, a tríade torna-se invertida quando, na primeira inversão, a

- A) 2ª encontra-se no baixo e, na segunda inversão, a 3ª encontra-se no baixo.
 - B) 3ª encontra-se no baixo e, na segunda inversão, a 5ª encontra-se no baixo.
 - C) 5ª encontra-se no baixo e, na segunda inversão, a 3ª encontra-se no baixo.
 - D) 2ª encontra-se no baixo e, na segunda inversão, a 5ª encontra-se no baixo.
 - E) 3ª encontra-se no baixo e, na segunda inversão, a 2ª encontra-se no baixo.
41. Os acordes com 7ª dão-se quando há um acréscimo de outra 3ª superposta na tríade. Sobre essa característica, considere a figura a seguir.



Figura - Acorde com 7ª

Fonte: <https://queroaprenderagora.com.br/acorde-c7-teclado>. Acesso: 21/08/2025.

Na situação apresentada, compreende-se que a tríade

- A) transforma-se em tríade aumentada.
- B) transforma-se em trítono.
- C) transforma-se em téttrade.
- D) permanece inalterada. não se altera.
- E) permanece igual à téttrade.

42. No acompanhamento ao piano, o professor pode cifrar a melodia principal e acompanhá-la com o ciframento funcional. Dessa forma, entende-se que
- A) no ciframento funcional as inversões não indicam a nota que será substituída, podendo ser usada livremente.
 - B) o método do ciframento não se assemelha à música popular, mas segue suas próprias regras.
 - C) o ciframento funcional adota um princípio diferente do baixo cifrado, pois toma como referência a fundamental do acorde, independentemente do intervalo em relação ao baixo.
 - D) o método do ciframento funcional propõe um sistema de relações a partir da tônica (T) e da dominante (D).
 - E) no ciframento funcional o ciclo das 5as entre as fundamentais do acorde não determina simetria na organização das alturas.
43. Na história da música brasileira, a música erudita e a música popular se desenvolveram paralelamente. Em alguns casos, ambas apresentam as características
- A) da valsa, do schottisches e da quadrilha.
 - B) da polca, da serenata e da canção.
 - C) do choro, da polca e do samba.
 - D) do tango brasileiro, do maxixe e do xote.
 - E) da canção, da modinha e do lundu.
44. O Choro brasileiro, gênero musical peculiar nascido no século XIX, tem sua origem e influência derivada da
- A) maneira de tocar imitando o fado português.
 - B) maneira de tocar com fusões com o samba.
 - C) junção com o maxixe e a embolada.
 - D) maneira “chorosa” de se tocar as músicas estrangeiras no final do século XIX.
 - E) junção entre o samba e o lundu.
45. Sendo o Samba um gênero musical e uma dança brasileira, sua origem advém da cultura afro-brasileira com referências e influências
- A) no jongo, no schottisches e no maxixe.
 - B) no batuque, na dança de roda e no cateretê.
 - C) na dança de roda, no batuque e no maxixe.
 - D) na modinha, no cateretê e no lundu.
 - E) no lundu, no jongo e no cateretê.
46. A importância de trabalhar o gênero samba, nas aulas de música, justifica-se
- A) por fazer parte da cultura brasileira como identidade e patrimônio cultural e imaterial do Brasil.
 - B) por apresentar uma riqueza rítmica com agregação de instrumentos de percussão.
 - C) pela fusão entre as culturas de povos africanos no Brasil e pelo seu legado.
 - D) por apresentar uma variedade de subgêneros musicais e performáticos.
 - E) pelo fato de ser o maior e mais variado gênero musical brasileiro.

47. O gênero musical maracatu é uma manifestação cultural que surgiu no estado de Pernambuco, no século XVIII, durante o período do Brasil Colônia. Nesse contexto, é correto afirmar que
- A) os elementos culturais da tradição do Congo, com coroação e danças, são os únicos que se mantêm vivos no Maracatu.
 - B) durante o século XX o maracatu foi inserido, de forma gradual, nas comemorações carnavalescas na cidade do Recife.
 - C) a popularização do maracatu ocorre, simultaneamente, em outras regiões brasileiras como parte das festividades do carnaval.
 - D) como manifestação folclórica os movimentos dançantes e os trajes do maracatu fazem referência exclusivas às culturas africanas e portuguesas.
 - E) os elementos culturais do maracatu, advindos do Congo, evidenciam a coroação de reis e rainhas e se expressam por meio de danças, de evocação religiosa, de representação de guerras e das festas, atualizadas com a miscigenação.
48. Na perspectiva da prática pedagógica no ensino da Música, espera-se do docente que ele
- A) exerça sua regência considerando a diversidade regional, em contribuição à formação criativa, com destaque para a música folclórica.
 - B) proporcione um ambiente criativo aliado ao favorecimento da música nordestina
 - C) promova um ambiente musical dinâmico e inclusivo, utilizando, essencialmente, a música brasileira.
 - D) exerça sua regência considerando a diversidade e a tradição musical, em contribuição à formação crítica e criativa, no desenvolvimento do gosto pela arte através da música.
 - E) utilize, nas aulas de música, o piano a fim de dar visibilidade exclusiva à cultura musical brasileira.
49. Considerando-se os gêneros musicais maracatu, frevo e *Manguebeat*, espera-se sua aplicação
- A) ao piano, como instrumento de maior representatividade musical na promoção desses gêneros musicais.
 - B) aos conhecimentos, em consonância com a tradição musical de Pernambuco, de forma criativa e crítica, a fim de promover e manter viva sua tradição.
 - C) na promoção desses gêneros que dão maior visibilidade à cultura nordestina.
 - D) na execução musical com base preferencialmente na tradição oral e no folclore.
 - E) nas atividades práticas de educação musical que utilizem o canto e a dança.
50. Na perspectiva da pedagogia do piano aplicada às aulas de música, espera-se do professor que ele
- A) dê aulas de piano privilegiando os ritmos da tradição musical pernambucana.
 - B) promova recitais e apresentações públicas com piano como resultado de suas aulas.
 - C) prepare seus alunos para composições que tenham como inspiração a tradição musical pernambucana.
 - D) aplique os conhecimentos em consonância com a tradição musical brasileira e pernambucana, com exemplos em solos no instrumento, em acompanhamentos de vozes ou instrumentos e na prática da educação musical.
 - E) elabore exercícios e peças musicais com influência da tradição musical pernambucana.

